

Demonstrações Contábeis **Consolidadas em IFRS**

2025
1º TRIMESTRE



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2025

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

No primeiro trimestre de 2025, o cenário econômico foi desafiador tanto globalmente quanto no Brasil. As tensões comerciais aumentaram devido às políticas protecionistas dos EUA, elevando tarifas e gerando incertezas, risco de inflação e desaceleração econômica mundial. No entanto, essa dinâmica pode abrir portas para novas rotas comerciais e mercados.

A economia brasileira desacelerou mais do que o esperado em 2024, com o PIB fechando em 3,4%. Para 2025, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta um crescimento menor, de 2,4%, influenciado pela política monetária restritiva e pela redução do estímulo fiscal.

Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a carteira de crédito total no Brasil cresceu 11,1% no primeiro trimestre de 2025, comparado ao ano anterior. Esse aumento foi impulsionado por um crescimento de 12,3% na carteira de crédito para Pessoas Físicas (PF) e de 9,2% para Pessoas Jurídicas (PJ).

A taxa Selic no primeiro trimestre de 2025 passou por duas elevações significativas, saindo de 12,25% no início de janeiro e encerrando março em 14,25% ao ano. Essas decisões foram tomadas em um contexto de inflação acima da meta e um cenário econômico desafiador, tanto no Brasil quanto globalmente, o que levou o Banco Central a adotar uma postura mais agressiva na política monetária. A expectativa do mercado é que a taxa permaneça no patamar de 14,75%.

A inflação (IPCA) acumulada no trimestre foi de 2,04%, e no acumulado de 12 meses, atingiu 5,48%, superando a meta de 4,50% para 2025. Na Grande Vitória, a pressão inflacionária foi ligeiramente maior (+2,41% no trimestre e +5,58% em 12 meses), impulsionada por alimentação e bebidas, transportes e educação.

O comércio exterior capixaba teve um desempenho negativo de 9,6% no trimestre, com quedas nas exportações (-6,4%) e importações (-12,4%), afetado pela redução da demanda global e pela volatilidade cambial. Esse resultado contrasta com o cenário nacional, que registrou alta de 5,64% no comércio exterior.

No primeiro trimestre de 2025, o saldo líquido (admissões menos demissões) de empregos formais foi igual a +8.636 no Espírito Santo, queda expressiva quando comparada com o mesmo período de 2024, que registrou saldo igual a +14.471. Esse comportamento também foi observado no Brasil, que registrou valores iguais a +640.874 e +730.821,

respectivamente.

Em suma, o primeiro trimestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico complexo, com tensões comerciais globais, crescimento mais lento no Brasil e inflação persistente acima da meta, especialmente na Grande Vitória. O Espírito Santo, por sua vez, sentiu o impacto dessas dinâmicas com uma retração significativa em seu comércio exterior.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES é uma instituição consolidada, com forte compromisso com a sustentabilidade empresarial. Sua atuação é pautada por três pilares essenciais para o mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Com a bandeira "Crescemos Juntos", o Banco cumpre sua função econômica e social, apoiando clientes e a sociedade capixaba através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido atingiu R\$ 112 milhões no primeiro trimestre (+65,1% em 12 meses e -4,5% em 3 meses), correspondendo a R\$ 0,35 por ação. O faturamento¹ atingiu R\$ 1,3 bilhão mantendo-se estável (+0,1%) contra o primeiro trimestre de 2024 e avançou 6,7% comparado ao trimestre anterior; em que as receitas com empréstimos e recebíveis avançaram (+21,3% em 12 meses e +4,9% em 3 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes² (+20,8% em 12 meses e +3,0% em 3 meses); já as receitas ligadas a Tesouraria retraíram (-10,6% em 12 meses) sob efeito direto da liquidação da posição financeira dos recursos em caixa (-21,3% em 12 meses). O resultado de seguros e previdência também recuou no período (-2,1% em 12 meses e -30,7% em 3 meses). Com o comportamento de queda, as despesas financeiras no trimestre somaram R\$ 863 milhões (-1,9% em 12 meses), destaque para a retração dos custos com instituições financeiras (-25,5% em 12 meses) reflexo do menor fluxo de recursos em operações compromissadas entre bancos. Importante registrar a elevação dos custos com depósitos de clientes (+19,0% em 12 meses e +10,0% em 3 meses) sob viés da alta da taxa de juros/Selic, mesmo avesso à queda do saldo de depósitos de clientes no período (-1,1% em 12 meses e -0,7% em 3 meses). As perdas com *impairment* no trimestre registraram um resultado positivo de R\$ 44 milhões. Outros itens que impactaram o resultado do trimestre foram: i) a recuperação do resultado com serviços e comissões (+13,6% em 12 meses); e ii) aumento dos custos administrativos - pessoal e outras despesas (+8,5% em 12 meses) motivado pelo impacto econômico do PDV - Plano de Desligamento Voluntário; o qual foi atenuado pelo recuo das outras despesas administrativas (-9,3% em 12 meses). Em suma, a eficiência operacional³ no trimestre foi de 55,6% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁴ atingiu 50,7%;
- ✓ O patrimônio líquido registrado no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 2,3 bilhões, 5,1% superior ao mesmo período de 2024 e -1,2% contra a posição do quarto trimestre de 2024. O índice de Basileia alcançou 13,6% composto integralmente

¹ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

² Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

³ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁴ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)⁵ foi de 21,2% e o retorno sobre o ativo (ROA)⁶ foi de 1,2%. A reserva de lucros (R\$ 789 milhões) avançou 49,7% na comparação com o primeiro trimestre de 2024. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 23 milhões;

- ✓ Os ativos no primeiro trimestre de 2025 atingiram R\$ 38,1 bilhões, queda 10,6% contra o mesmo período de 2024 e avanço de 3,2% contra o quarto trimestre de 2024. Houve retração da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (-41,5% em 12 meses e -13,9% em 3 meses) em face a liquidação dos ativos financeiros congruente a estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados e a migração desses recursos para o caixa da Companhia. Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 7,7 bilhões (+234,1% em 12 meses e +78,6% em 3 meses). Os recursos em empréstimos e recebíveis mantiveram forte crescimento (+21,6% em 12 meses e +2,4% em 3 meses), reflexos das safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada da economia local, principalmente no setor de varejo e de serviços. O BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade às garantias adquiridas nas novas concessões e o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e recuperação de créditos em prejuízo;
- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 12,1 bilhões crescentes 20,8% contra o primeiro trimestre de 2024 e 3,0% contra o quarto trimestre de 2024. O segmento pessoa física totalizou R\$ 8,4 bilhões (+21,2% em 12 meses e +4,1% em 3 meses); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,7 bilhões (+20,2% em 12 meses e +0,8% em 3 meses). Da carteira de clientes corporativos, 70,8% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 29,2% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades: crédito imobiliário (+24,1% em 12 meses e +3,4% em 3 meses), crédito pessoal (+15,8% em 12 meses e +3,9% em 3 meses), crédito rural (+57,6% em 12 meses e +8,8% em 3 meses) e crédito comercial (+22,6% em 12 meses e +2,2% em 3 meses). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada⁷, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 15,1 bilhões (+14,7% em 12 meses e +2,8% em 3 meses);
- ✓ O Índice de Inadimplência (> 90 dias) da carteira de crédito comercial ficou em 2,1% no trimestre. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento de pessoa física atingiram 1,5%, e no segmento corporativo, 3,4%. O saldo em *impairment* totalizou R\$ 562 milhões (+7,1% em 12 meses e +18,6% em 3 meses), posicionados nos seguintes estágios operacionais: 33,2% no estágio 1; 5,0% no estágio 2; e 61,8% no estágio 3. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário econômico, o BANESTES aplica toda sua cautela, método e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 22,7 bilhões no trimestre, quedas 1,1% contra o mesmo período de 2024 e 0,7% contra o quarto trimestre de 2024. Os recursos de depósitos a prazo puxaram essa queda (-2,8% em 12 meses e -1,0% em 3 meses), enquanto, os recursos em poupança expandiram de forma mais branda (+8,0% em 12 meses e -0,4% em 3 meses). Já os recursos de depósitos à vista retraíram (-10,1% em 12 meses) reflexo da necessidade de caixa das empresas

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2025 e março de 2024.

⁶ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de março de 2025 e março de 2024.

⁷ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs - certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FDICs - fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

e do governo/prefeituras. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 1,3 bilhão (+111,9% em 12 meses e +16,0% em 3 meses). Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 10,2 bilhões (-33,4% em 12 meses), função direta da posição/recursos em caixa da Companhia. No trimestre, o BANESTES gerenciou 1.047 mil contas correntes (+5,0% em 12 meses) e 653 mil contas de poupança (+0,7% em 12 meses), relacionando-se com 1.422 mil clientes (+2,9% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram o saldo de R\$ 8,2 bilhões com pujante crescimento no período (+22,1% em 12 meses e +8,4% em 3 meses), decorrente da estratégia de expansão comercial do Banco;

- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 247 milhões, elevação de 8,5% contra o mesmo período de 2024 e -12,2% contra o trimestre anterior, decorrente, em suma, dos efeitos econômicos do Plano de Desligamento Voluntário - PDV contabilizados no período. Os itens de despesas administrativas que impactam a atividade bancária, apresentaram o seguinte comportamento: publicidade, promoções e propaganda comercial (-22,6% em 12 meses e +96,1% em 3 meses), serviços técnicos especializados (-18,0% em 12 meses e -17,3% em 3 meses) e processamento de dados (-15,2% em 12 meses e +33,5% em 3 meses). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral⁸ atingiu 34,4%;
- ✓ O resultado de serviços e comissões no trimestre registrou 46 milhões, avanço de 13,6% contra o primeiro trimestre de 2024 e -4,8% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 85 milhões (+7,8% em 12 meses e -4,7% em 3 meses) impactado preponderantemente pelas receitas geradas da operação de cartões de crédito/débito; a contraponto de um crescimento de despesas de serviços em menor intensidade (+1,7% em 12 meses e -4,6% em 3 meses) influenciado pela queda das despesas com correspondente bancário (-8,4% em 12 meses e -6,0% em 3 meses), com serviços sistema financeiro (-23,4% em 12 meses e -12,0% em 3 meses) e com comercialização de planos de seguros e previdência (-43,7% em 12 meses e -45,5% em 3 meses). Os canais digitais foram predominantes, com o aplicativo registrando mais de 48 milhões de transações (+33,4% em relação ao mesmo período do ano anterior) e sendo o principal canal de interação, com mais de 55 milhões de transações totais (financeiras e de consulta). No total, os canais digitais, incluindo o *Internet Banking*, impulsionaram mais de 19 milhões de transações financeiras, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- ✓ Os Impostos, as Contribuições e os Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no primeiro trimestre de 2025 somaram R\$ 98 milhões (+10,8% em 12 meses). Desse montante, R\$ 74 milhões (+13,2% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas pela Instituição, e R\$ 24 milhões referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos (+4,0% comparado ao mesmo trimestre de 2024); e
- ✓ A nota de rating do BANESTES é AA+(bra) com perspectiva estável concedida pela Fitch Rating - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez.

⁸Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES reforçou seu compromisso com a sustentabilidade, integrando-a como pilar cultural. Para isso, contratou uma consultoria especializada em ESG para implementar uma jornada completa, que inclui diagnóstico, planejamento estratégico, execução de planos táticos e engajamento interno.

O BANESTES promove o desenvolvimento sustentável equilibrando aspectos sociais, ambientais e climáticos. Em linha com esse compromisso, o Banco participa do Projeto Triciclo, em parceria com a Ambipar. Este projeto incentiva a economia circular e o descarte correto de recicláveis através das Retorna *Machines* e as convertem em pontos Triciclo ou *vouchers*, que podem ser trocados por benefícios. No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES instalou máquinas em órgãos públicos importantes do Espírito Santo, como o Tribunal de Contas do Estado, a Defensoria Pública do Espírito Santo e o Fórum de Serra (Tribunal de Justiça do Espírito Santo).

Com foco na saúde integral e na cultura do cuidado, promoveu diversas ações de bem-estar no primeiro trimestre de 2025, através do Programa Cuidar 360°. Na área de saúde emocional, foram realizados 154 atendimentos individuais pela equipe multidisciplinar, resultando no retorno ao trabalho de 10 colaboradores afastados. A Escola das Emoções capacitou 40 coordenadores em habilidades interpessoais e a palestra sobre vícios e compulsões alcançou 452 colaboradores. Em celebração ao Mês da Mulher, 233 pessoas participaram de uma palestra sobre violência contra a mulher. Para o desenvolvimento de lideranças humanizadas, foram publicadas quinzenalmente 6 Pílulas Psicoeducativas e 95 vagas foram oferecidas na Capacitação em Saúde Emocional para Líderes, em parceria com a Mental Pró.

O investimento no desenvolvimento profissional também foi destaque, com a ampliação do número de colaboradores certificados pela ANBIMA, totalizando 1.194 certificações. Foi lançado o Programa Altitude de Desenvolvimento de Lideranças e distribuídas 300 licenças para cursos na plataforma Alura. O voluntariado corporativo iniciou com uma ação no Asilo de Idosos de Vitória, envolvendo 77 moradores. Uma nova política de apoio a colaboradores com deficiência (PcD) foi implementada, facilitando a aquisição de tecnologias assistivas. A parceria com a *Affetic Baby* continuou a oferecer suporte a novos pais e mães.

O BANESTES investe em inovação e parcerias estratégicas para acelerar sua transformação digital. Um exemplo é o Programa Inov.AI, que capacita talentos internos em tecnologia *Low-Code*, resultando em mais de 24 soluções em produção e uma média de 700 usuários ativos mensais, aumentando a agilidade no desenvolvimento de aplicações. Além disso, a parceria com a plataforma WIS aprimora o desenvolvimento e a inovação dos colaboradores, alinhando-se à nossa busca contínua por aprimoramento e novas competências.

O Banco também avança na adoção de Inteligência Artificial (IA) generativa para otimizar a eficiência operacional e o desenvolvimento interno. A iniciativa "Sab.IA", um assistente inteligente para colaboradores, otimiza o atendimento e a busca por informações. Para impulsionar ainda mais a sua evolução e garantir que atenda às necessidades dos usuários, realizou um *hackathon* que gerou *insights* para seu aprimoramento. A integração do Sab.IA com o repositório de documentos melhora a gestão interna, promovendo uma integração automática e centralizada de informações. A utilização do Google *Gemini* complementa esse esforço, aumentando a produtividade e a eficiência.

O BANESTES está construindo um Ecosistema de *Data & Analytics* robusto, finalizando a atualização das especificações técnicas e mapeando as demandas de negócio. Essas ações reforçam o compromisso com a modernização de *Business Intelligence, Analytics* e IA, promovendo decisões baseadas em dados.

Essas iniciativas digitais visam melhorar a experiência do cliente, impulsionar a melhoria contínua de soluções e desenvolver novos produtos e serviços, além de ampliar o acesso remoto e conveniente aos serviços bancários, reduzindo despesas operacionais e promovendo a sustentabilidade.

A plataforma digital Bizi, exclusiva do BANESTES para servidores públicos, continua crescendo. Desde o lançamento, o Bizi já originou R\$ 29 milhões em empréstimos digitais. Agora, o BANESTES foca em expandir a base de convênios de crédito consignado do Bizi para alcançar mais servidores públicos em todo o Brasil.

O BANESTES prioriza a comunicação, tanto interna quanto externa. Internamente, o Banco garante o fluxo de informações aos colaboradores através da *Intranet*, que é constantemente atualizada, e do compartilhamento diário via e-mail e aplicativos de mensagens corporativos. Há também uma página exclusiva em redes sociais onde colaboradores e a equipe de comunicação compartilham o dia a dia do banco.

Externamente, o BANESTES mantém uma forte presença nas redes sociais oficiais, com postagens diárias e atendimento ao cliente, registrando 2.551 interações monitoradas no período, majoritariamente positivas. Além disso, no primeiro trimestre de 2025, o Banco teve expressiva visibilidade na mídia, atendendo a 49 demandas da imprensa e conquistando 509 inserções espontâneas, sendo 488 delas com impacto positivo para a Instituição.

O BANESTES conta com 758 pontos de atendimento, incluindo agências e postos (151 unidades), postos de atendimento eletrônico (278 unidades) e correspondentes (329 unidades). No primeiro trimestre de 2025, os canais digitais foram predominantes, com o aplicativo registrando mais de 48 milhões de transações (+33,4% em relação ao mesmo período do ano anterior) e sendo o principal canal de interação, com mais de 55 milhões de transações totais (financeiras e de consulta). No total, os canais digitais, incluindo o *Internet Banking*, impulsionaram mais de 19 milhões de transações financeiras, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2025, os cartões BANESTES faturaram R\$ 1,3 bilhão, um aumento de 4,3% em relação ao primeiro trimestre de 2024. Para melhorar a experiência do cliente, o BANESTES adicionou novas funções ao aplicativo, como a opção de pagar com Banescard Visa via *Google Pay*, a consulta de pontos a expirar no Programa Fidelidade e o aprimoramento das notificações de limite do Banescard Visa.

O BANESTES expandiu o serviço de Pix na Arrecadação e na Cobrança Bancária, atendendo a mais de 90,0% das prefeituras do Espírito Santo, além de autarquias municipais e o Governo Estadual. Essa iniciativa resultou em um aumento de 40,0% na volumetria de documentos recebidos, gerando mais receita e maior satisfação dos clientes. O Banco também prospectou clientes em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para São José do Rio Preto/SP.

No ano de 2024, por meio do PRONAMPE⁹, o BANESTES realizou aproximadamente 2.500 operações, totalizando aproximadamente R\$ 115 milhões em apoio financeiro para micro e pequenas empresas capixabas, incluindo profissionais liberais. Para o primeiro trimestre de 2025, foram emprestados, aproximadamente, R\$ 51 milhões em 940 operações. Atualmente a carteira ativa do BANESTES de Capital de Giro e Crédito Investimento somam R\$ 2,9 bilhões com 12.900 contratos ativos.

No contexto do crédito com recursos de repasse, o BANESTES continua disponibilizando novas linhas vinculadas aos programas do BNDES, como o FINAME Materiais Industrializados. Por meio dessa linha, os clientes poderão contar com uma opção de financiamento de notas fiscais emitidas há até 12 meses, para mais de 2.500 itens com prazo de até 84 meses e sem a incidência de IOF.

No âmbito da publicidade, a campanha "BANESTES Tá ON", iniciada no final de 2024 e mantida durante o primeiro trimestre de 2025, divulgou os benefícios de ser cliente BANESTES e as funcionalidades do aplicativo por meio de materiais gráficos e audiovisuais, veiculados em televisão, rádio, mídia exterior e plataformas digitais, além das redes sociais do Banco.

O BANESTES tem implementado uma estratégia de comunicação e marketing focada na promoção de produtos e no fortalecimento da marca. As ações de divulgação incluíram o Bizi (crédito consignado para servidores em outros estados), seguros da BANESTES Seguros ("Vai Tranquilo"), a retomada do "Feirão Zera Dívida" e o reforço da campanha de Microcrédito. O Banco também investiu no crédito rural para impulsionar o agronegócio capixaba.

Para fortalecer a marca, o BANESTES utilizou parcerias e lançou a campanha "Banescard Visa - 3 anos". Em 2025 patrocinou 21 projetos sociais, esportivos e culturais no Espírito Santo, como o Carnaval de Vitória, Jesus Vida Verão e o Programa Verão em Guarapari, que juntos alcançaram aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES direcionou investimentos para patrocínios com retorno comercial e visibilidade da marca. Destacaram-se o Programa de Formação de Agentes de Crédito (Microcrédito BANESTES), o Encontro da Magistratura Capixaba e o seminário do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento.

Além disso, o Banco apoiou projetos culturais via Lei *Rouanet*, como o festival "PCD: Pinta, Canta e Dança", que visa dar visibilidade a pessoas com deficiência na cultura. Foram realizadas ações através de outras leis de incentivo, como o Fundo da Infância e Adolescência, destacando o apoio à Casa de Acolhida e Educação Infantil - Creche Alegria. Essa iniciativa teve grande impacto social e está alinhada aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na área esportiva, o BANESTES manteve no primeiro trimestre de 2025 a parceria oficial de patrocínio com a Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo - Campeonato Capixaba 2025. O Banco alcançou mais uma vez as metas estabelecidas, com retorno de mídia espontânea e em ações de relacionamento com públicos estratégicos, o que garantiu excelente retorno sobre o investimento.

⁹ Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por fim, o BANESTES investiu na melhoria da identidade visual e infraestrutura de diversas agências e instalações, como a BANESTES Loteria e agências em diferentes municípios, visando oferecer um ambiente mais moderno e acolhedor.

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES repassou cerca de R\$ 21 milhões ao seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo, sob a forma de juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES prioriza a gestão de riscos ao implementar controles para identificar, avaliar e mitigar riscos inerentes às suas atividades. Essa gestão é centralizada em uma diretoria específica, que se reporta diretamente à Presidência. A estrutura conta com áreas dedicadas à gestão e avaliação dos riscos de crédito, mercado e liquidez, além de outras áreas como a gestão da continuidade dos negócios e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD-FTP). O objetivo dessa organização é otimizar o capital dos acionistas, buscando a melhor relação risco/retorno.

Considerando as exigências da Resolução CMN nº 4.557, que normatiza a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos. Para isso, o Diretor de Riscos e Controle é o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial.

Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na *intranet* para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos, de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre esse tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES, contando inclusive com canal de denúncias no *site* da instituição. Além disso, possui um canal interno de comunicação com a área de PLD-FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um

monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu *site*, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri). Dessa forma, o Banco assegura transparência ao mercado e ao público em geral.

O SFB demonstra seu compromisso com a proteção de dados através de um Programa de Proteção de Dados, que inclui medidas como a adequação da infraestrutura à LGPD e a Análise de Riscos de Privacidade com uma nova plataforma para mapeamento e classificação de dados. Os contratos são constantemente revisados e atualizados com cláusulas protetivas para mitigar riscos relacionados ao uso não autorizado de dados pessoais. O plano de comunicação garante a divulgação de políticas e procedimentos relacionados à privacidade e um canal oficial (protecaodedados@banestes.com.br) está disponível para assuntos relacionados à LGPD.

Adicionalmente, o SFB implementou um novo contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange serviços de proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, com o objetivo de fortalecer a segurança cibernética e da informação. Essa iniciativa inclui atualizações tecnológicas e a incorporação de novos serviços para aumentar a proteção do ambiente cibernético da Instituição.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o anuário Finanças Mais – edição 2024, do jornal “Estado de São Paulo”, quando se trata de vida e previdência, e na categoria ramos gerais, a seguradora encontra-se entre as 50 maiores do país, conforme anuário Valor 1000 do jornal Valor Econômico. A empresa é líder no mercado capixaba e foi reconhecida no Recall de Marcas 2024. Seus produtos são comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 400 corretoras de seguros.

No primeiro trimestre de 2025, a BANSEG atingiu R\$ 7 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 17,1%. Esse resultado representa 13,1% do resultado consolidado do SFB. O prêmio ganho total apresentou um aumento de 7,9% em relação ao mesmo período de 2024, destacando o crescimento de 15,7% da carteira de pessoas, evidenciando seu desempenho contínuo e garantindo sua solidez.

A BANSEG investe em inovação e tecnologia para aprimorar o atendimento e a proteção dos segurados. A empresa está implementando um novo sistema de gestão de seguros, previsto para o primeiro trimestre de 2026, visando maior eficiência e a ampliação da oferta de produtos e parcerias. Novos produtos de Vida e Habitacional serão lançados no segundo trimestre de 2025 para impulsionar o crescimento. A alta administração monitora rigorosamente as despesas administrativas, seguindo boas práticas de governança. A BANSEG também valoriza seus talentos por meio de seleção interna, promoções por meritocracia e investimento em desenvolvimento de lideranças. Por fim, a seguradora atua

ativamente em ações de ESG, através do Comitê de Sustentabilidade, com planos para mitigar riscos de sustentabilidade.

A BANESTES Corretora registrou um crescimento significativo no volume de produção de seguros nos primeiros três meses de 2025. Os seguros de acidentes pessoais se destacaram com um aumento de 142,0% em relação ao mesmo período de 2024, atingindo R\$ 9 milhões.

Apesar de uma leve queda de 2,3% em seguros novos de automóveis (chegando a R\$ 2 milhões), os seguros residenciais alcançaram quase R\$ 2 milhões e os empresariais R\$ 657 mil. O produto prestamista também apresentou bons resultados, com R\$ 498 mil para pessoas físicas (+2,9%) e um expressivo crescimento de 362% para pessoas jurídicas, totalizando R\$ 5 milhões.

Nos planos de previdência, os pagamentos mensais foram de R\$ 676 mil, e a carteira encerrou o trimestre em R\$ 886 milhões, um crescimento de 27,0%. A parceria com a Embracon gerou R\$ 35 milhões em produção, um aumento de 134,0%. A nova parceria com a Odontoprev, iniciada em 2024, contribuiu com R\$ 19 mil em vendas de planos odontológicos.

A BANESTES DTVM, especializada em gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, oferece diversos produtos de investimento, como fundos de renda fixa, multimercados, ações, e o FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que possui mais de 43 mil cotistas. No primeiro trimestre de 2025, a DTVM focou na captação de recursos, encerrando o período com R\$ 8,7 bilhões sob gestão e um lucro líquido de R\$ 4 milhões, 12,2% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado representa uma participação no lucro consolidado do BANESTES de 8,1%. Considerando também a BANESTES Corretora, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 16 milhões.

A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional, com estrutura mínima para organização interna antes de iniciar as operações. Ela será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A Loteria opera em compartilhamento operacional com o BANESTES, utilizando áreas de apoio como contabilidade, controladoria, auditoria, infraestrutura, jurídico e TI. Suas atividades são desempenhadas por funcionários do BANESTES alocados na sede ou em grupos de trabalho específicos, já que a Loteria não possui quadro de funcionários próprio.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.356.607	1.388.546
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	482.547	398.683
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	11.397.033	14.232.497
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		11.397.033	14.232.497
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	23.226.487	19.378.369
Créditos a Instituições Financeiras		7.828.931	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis		11.553.308	11.285.113
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		3.844.248	3.638.295
Operações de Seguros		27.662	27.602
Outros Ativos	13	583.389	592.409
Ativos Fiscais Diferidos	12	372.552	308.518
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	47.468	46.404
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	217.272	163.966
Ativos Intangíveis	16	400.451	379.917
Total do Ativo		38.111.468	36.916.911

PASSIVO	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	10.178.158	8.917.652
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	22.674.586	22.841.860
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.305.174	1.125.357
Passivos de Impostos Correntes		20.909	5.363
Passivos de Operações de Seguros		61	3.264
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	31.508	20.460
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	19.275	29.437
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	11.515	11.515
Provisões	20	175.142	164.647
Outros Passivos	21	1.388.959	1.463.336
Passivos Fiscais Diferidos	12a	20.781	20.472
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.067)	(31.477)
Reservas de Lucros		745.022	745.025
Prejuízos Acumulados		(39.555)	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.285.400	2.313.548
Total do Patrimônio Líquido		2.285.400	2.313.548
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		38.111.468	36.916.911

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre	
		31/03/2025	31/03/2024
Receitas Financeiras		1.208.780	1.225.994
Despesas Financeiras		(863.385)	(880.537)
Margem Financeira	23	345.395	345.457
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		85.002	78.829
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(38.799)	(38.142)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	46.203	40.687
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	14.425	1.054
Resultado de Seguros e Previdência	26	39.085	39.935
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	27	43.581	(85.538)
Despesa de Pessoal	28	(154.038)	(125.020)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		7.746	5.208
Provisões	29	(12.571)	(5.505)
Despesas Tributárias	30	(30.098)	(27.890)
Outras Despesas Administrativas	31	(93.390)	(102.945)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	32	(18.517)	10.189
Resultado antes da Tribuição sobre o Lucro		187.821	95.632
Impostos Correntes	12	(43.895)	(37.486)
Impostos Diferidos	12	(32.271)	9.478
Lucro Líquido do Trimestre	33	111.655	67.624
Resultado do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		111.655	67.624
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	33	0,35	0,21

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2025	31/03/2024
Lucro Líquido do Trimestre		111.655	67.624
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	10	11.410	7.080
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	20.654	14.132
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação			
Efeito em Impostos	10	(9.244)	(7.052)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		11.410	7.080
Resultado Abrangente do Trimestre		123.065	74.704
Resultado Abrangente do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		123.065	74.704

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(21.600)	(21.600)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(21.600)	(21.600)
Resultado Abrangente Total	-	-	7.080	67.624	74.704
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	67.624	67.624
Outros Resultados Abrangentes	-	-	7.080	-	7.080
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	7.080	-	7.080
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	(15)	-	15	-
Outras movimentações	-	(15)	-	15	-
Saldos Finais em 31 de março de 2024	1.600.000	526.919	964	46.039	2.173.992

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Resultado Abrangente Total	-	-	11.410	111.655	123.065
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	111.655	111.655
Outros Resultados Abrangentes	-	-	11.410	-	11.410
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	11.410	-	11.410
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(128.710)	(128.710)
Outras movimentações	-	-	-	(128.710)	(128.710)
Saldos Finais em 31 de março de 2025	1.600.000	745.022	(20.067)	(39.506)	2.285.400

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO

Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		245.626	(418.468)
Lucro Líquido do Trimestre Ajustado		(340.565)	(516.094)
Lucro Líquido do Trimestre		111.583	67.623
Ajustes ao Lucro		(452.148)	(583.717)
Depreciação e Amortização	15-16	25.892	25.283
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	27	43.581	85.538
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		17.291	1.155
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		400.103	(540.416)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		106.794	(178.918)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		1.943	1.151
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		12.571	5.485
Ajuste de Provisão - Outras		(951)	(11.003)
Despesas de Impostos Correntes		43.897	37.487
Despesas com Impostos Diferidos		32.269	(9.479)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		586.191	97.626
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(32.974)	(22.087)
Reservas no Banco Central		(17.483)	(444.363)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		(77.833)	1.742
Empréstimos e Recebíveis		(448.297)	(550.206)
Operações de Seguros		(60)	(1.398)
Outros Ativos		99.712	4.222
Depósitos de Clientes		(167.274)	552.163
Recursos de Instituições Financeiras		1.260.506	639.395
Títulos de Dívida Emitidos		179.506	(64.026)
Impostos Pagos		(124.345)	(16.217)
Passivos de Operações de Seguros		(3.203)	1.068
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		10.520	(10.498)
Passivos para Sinistros Ocorridos		(9.634)	6.198
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	326
Passivo de Arrendamento		16.435	(7.203)
Outros Passivos e Provisões		(99.696)	8.510
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		3.069.719	925.720
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(34)	-
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(47.750)	(140.297)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		3.271.154	188.341
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(227.483)	(16.047)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		97.839	820.290
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(8.318)	(5.338)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	3.658	17.444
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(22.213)	(11.517)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	(2.712)	9.853
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(49.723)	(13.922)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	12.627	11.843
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(37.728)	(23.613)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	17	5
Juros Recebidos		80.385	88.678
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(22.200)	(28.400)

Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(22.200)	(28.400)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.293.145	478.852
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.396.353	1.814.140
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	7.689.498	2.292.992

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
4.	USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	31
5.	GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	34
6.	SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	49
7.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	50
8.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	51
9.	DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	51
10.	ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	52
11.	ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	55
12.	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	56
13.	OUTROS ATIVOS	57
14.	ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	58
15.	ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	58
16.	ATIVOS INTANGÍVEIS	58
17.	RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	59
18.	DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	59
19.	TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	60
20.	PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	60
21.	OUTROS PASSIVOS	63
22.	OPERAÇÕES DE SEGUROS	63
23.	MARGEM FINANCEIRA	64
24.	RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	65
25.	RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	65
26.	RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	65
27.	RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	66
28.	DESPESAS DE PESSOAL	66
29.	PROVISÕES	66
30.	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	66
31.	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	67
32.	OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	67
33.	RESULTADO POR AÇÃO	68
34.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68
35.	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	69
36.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	70
37.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	71
38.	RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	72
39.	AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Trimestre findo em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“BANESTES”, “Banco”, “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 04 de junho de 2025 (Nota 42).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base para Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/03/2025	31/12/2024
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. **Adoção de Novas Normas e Interpretações** – a partir de 01 de janeiro de 2025 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não há impacto para o BANESTES.

- **Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação: O IASB passa a exigir que as entidades forneçam informações sobre acordos financeiros com fornecedores, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos no passivo, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. Essa alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos:** Esclarece os critérios adotados pelo vendedor-arrendatário na avaliação da responsabilidade de locação originada de uma transação de sale and leaseback, assegurando que o vendedor-arrendatário não registre qualquer valor do ganho ou perda associados ao direito de uso mantido. A alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** IFRS 17 - Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco

e. **Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros**

- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem

como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. A alteração entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e não houveram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- **Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

- **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

- **Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

• c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. *Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 63.568 em 31 de março de 2025 (R\$ 47.683 em 31

de março de 2024).

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. **Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoadada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da

carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor

recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2025 e 2024
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo

Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de

caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de

resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 47,28%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 61,94%, enquanto que para os seguros de danos o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 76,69%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 84,10%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a ponderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a

valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm

níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são

divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de março de 2025, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 0 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2024).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o

fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição,

emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%; ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem

principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não

podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

Durante o período findo em 31 de março de 2025 o BANESTES efetuou a revisão da estimativa da provisão para risco de crédito, decorrente de novas informações disponíveis nesse período e da experiência adquirida ao longo dos últimos anos, desde a divulgação da Resolução CMN nº4.966/2021. Este processo de revisão considerou também a avaliação da perda esperada de crédito por especialistas contratados pela Administração, a revisão periódica do SFB dessas estimativas e avaliação das melhores práticas do mercado, bem como a evolução contínua dos processos do Banco. Dessa forma, o BANESTES revisitou premissas e critérios, tais como: ajustes nas regras de alocação em estágio 2 (incluindo regras de aumento significativo de risco) e estágio 3; aplicação da PD 12 meses em contratos rotativos em estágio 1 e 2; ajustes no cálculo de PD Vida; ajuste no cálculo de LGD para contratos de financiamento imobiliário.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito da mudança da estimativa para período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 4.801.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas

associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade

da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/03/2025	31/12/2024
Alienação Fiduciária	291.661	315.918
Aval/ Fiança/ Caução	16.854	28.272
Cessão/ Consignação	36.340	94.948
Hipoteca/ Penhor	244.405	128.231
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	3.385	164
Total	592.645	567.533

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda” (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/03/2025	31/12/2024
Imóveis	36.936	38.154
Veículos	12.172	9.742
Outros	14	14
Subtotal	49.122	47.910
Provisão p/ Desvalorização	(1.654)	(1.506)
Valor Líquido	47.468	46.404

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	11.402.985	-	-	11.402.985	14.246.788	-	-	14.246.788
Letras Fin. do Tesouro - LFT	10.352.570	-	-	10.352.570	12.886.108	-	-	12.886.108
Notas Fin. do Tesouro - NTN	86.567	-	-	86.567	190.688	-	-	190.688
Debêntures	900.280	-	-	900.280	1.090.514	-	-	1.090.514
Letras Financeiras	-	-	-	-	20.466	-	-	20.466
Cotas de Fundos	63.568	-	-	63.568	59.012	-	-	59.012
Total	11.402.985	-	-	11.402.985	14.246.788	-	-	14.246.788

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	7.832.482	-	-	7.832.482	4.456.847	-	-	4.456.847
Aplicações no mercado aberto	7.463.380	-	-	7.463.380	4.120.718	-	-	4.120.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros	369.102	-	-	369.102	336.129	-	-	336.129
Instrumento de Dívida e Patrimônio	3.848.217	-	-	3.848.217	3.640.278	-	-	3.640.278
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.677.892	-	-	1.677.892	1.629.174	-	-	1.629.174
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	492.174	-	-	492.174	502.551	-	-	502.551
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	61.865	-	-	61.865	70.023	-	-	70.023
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	54.217	-	-	54.217	60.989	-	-	60.989
Debêntures	723.783	-	-	723.783	719.124	-	-	719.124
Letras financeiras	592.712	-	-	592.712	628.170	-	-	628.170
Nota Comercial	245.574	-	-	245.574	30.244	-	-	30.244
Outros	-	-	-	-	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.208.645	1.354.992	551.456	12.115.093	10.960.026	276.701	522.000	11.758.727
Créditos a clientes	10.208.645	1.354.992	551.456	12.115.093	10.960.026	276.701	522.000	11.758.727
Riscos potenciais	191.217	29.628	348.680	569.525	187.615	34.631	251.368	473.614
Limites a clientes	191.217	29.628	348.680	569.525	187.615	34.631	251.368	473.614
Total	22.080.561	1.384.620	900.136	24.365.317	19.244.766	311.332	773.368	20.329.466
Exposição total	33.483.546	1.384.620	900.136	35.768.302	33.491.554	311.332	773.368	34.576.254
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros	(194.211)	(28.086)	(347.008)	(569.305)	(191.483)	(34.632)	(251.368)	(477.483)
(=) Exposição líquida	33.289.335	1.356.534	553.128	35.198.997	33.300.071	276.700	522.000	34.098.771

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	482.547	398.683
Cotas de fundos de investimento	482.547	398.683
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	63.568	59.012
Cotas de fundos de investimento	63.568	59.012

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e

definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e “cura”

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de “cura” que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro

retornar ao status de inadimplência após "cura".

Definição de inadimplência e "cura"

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados

ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da

provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;

- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/03/2025	31/12/2024
A	1.754.667	743.786
B	1.611.880	2.016.567
C	4.277.863	2.142.517
D	3.415.247	1.674.494
E	480.024	2.375.820
F	23.955	2.805.543
G	551.456	-
Total	12.115.092	11.758.727

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	6.20% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	3.70% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	6.80% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	3.68% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	6.20% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	6.20% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.33% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de março de 2025, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	3,2860%	0,00%
	Piora 1%	3,3237%	1,15%
	Melhora 1%	3,2486%	-1,14%
Inadimplência PF	Base	3,2860%	0,00%
	Piora 1%	3,3153%	0,89%
	Melhora 1%	3,2569%	-0,89%

Pessoa Física - Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	4,0843%	0,00%
	Piora 1%	4,1127%	0,69%
	Melhora 1%	4,0562%	-0,69%
PIB	Base	4,0843%	0,00%
	Piora 1%	3,9722%	-2,74%
	Melhora 1%	4,1996%	2,82%

Pessoa Física - Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	11,2566%	0,00%
	Piora 1%	11,6515%	3,51%
	Melhora 1%	10,8748%	-3,39%
Desocupação	Base	11,2566%	0,00%
	Piora 1%	11,3384%	0,73%
	Melhora 1%	11,1754%	-0,72%

Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	4,7400%	0,00%
	Piora 1%	4,9351%	4,11%
	Melhora 1%	4,5519%	-3,97%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	8,3272%	0,00%
	Piora 1%	8,5583%	2,78%
	Melhora 1%	8,1023%	-2,70%
PIB	Base	8,3272%	0,00%
	Piora 1%	7,7870%	-6,49%
	Melhora 1%	8,9049%	6,94%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;

- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/03/2025				31/12/2024			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	59.125.871	18.981.840	6.369.573	33.774.458	59.647.611	19.229.342	6.409.670	34.008.599
Passivos não Derivativos	41.045.511	21.217.082	2.969.213	16.859.216	40.663.742	19.906.028	2.864.426	17.893.288
Depósitos de Instit. Financeiras	10.174.537	10.174.537	-	-	8.909.354	8.775.682	133.672	-
Depósitos de Clientes	28.933.852	10.836.931	2.300.757	15.796.164	30.123.850	10.948.307	2.075.445	17.100.098
Emissão de Títulos	1.604.436	677	563.381	1.040.378	1.383.055	43.411	565.661	773.983
Outros passivos financeiros	332.686	204.937	105.075	22.674	247.483	138.628	89.648	19.207

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado - Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII):

	31/03/2025				31/12/2024			
	Mínimo	Média	Máximo	31/05/2025	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2024
VaR PRE	-	-	-	-	-	-	-	-
VaR Trading	1.096	1.844	3.289	1.987	1.096	1.844	3.289	3.289
Banking (EVE)	80.122	336.521	470.709	77.043	80.122	336.521	470.709	80.122
VaR Global	81.434	117.918	181.643	181.643	81.434	117.918	181.643	181.643

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	395	-	-	395
Total	395	-	-	395
Posição Líquida	395	-	-	395

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/03/2025			31/12/2024		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(4.272)	(106.251)	(211.583)	(2.246)	(55.675)	(110.280)
IPCA	(1.291)	(31.131)	(60.392)	(330)	(7.249)	(12.648)
Dólar	(4)	(99)	(197)	(9)	(233)	(466)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.307.460	14.136.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	482.561	398.685
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	394	933

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(888)	(21.659)	(42.399)
Índices de Preços	(341)	(7.394)	(12.918)
Moedas	(4)	(99)	(197)
Fundos	(4.333)	(108.329)	(216.659)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito - RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado	2.271.952	2.357.214
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(426.385)	(382.803)
(-) Ativos Intangíveis	(385.479)	(365.944)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(35.205)	(13.464)
(-) Créditos Tributários	(5.701)	(3.395)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.497	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	1.942.064	1.974.411
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.246.941	11.733.546
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.067.647	2.354.758
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAmpad)	1.084	2.565
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	518	540
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.316.190	14.091.409
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	361.821	414.690
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	13,57%	14,01%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	77.043	80.122

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Trimestre por Segmento

Em 31 de março de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	333.435	11.960	-	345.395
Resultado de Prestação de Serviços (1)	49.023	(327)	(2.493)	46.203
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	14.391	3.102	(3.068)	14.425
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	39.111	(26)	39.085
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	43.584	(3)	-	43.581
Despesas de Pessoal (1)	(144.674)	(9.364)	-	(154.038)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	-	7.746	-	7.746
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	34.261	-	(34.261)	-
Provisões	(7.588)	(4.982)	-	(12.570)
Despesas Tributárias	(23.703)	(6.395)	-	(30.098)
Outras Despesas Administrativas (2)	(90.903)	(5.006)	2.519	(93.390)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(18.546)	77	(49)	(18.518)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	189.280	35.919	(37.378)	187.821
Impostos Correntes e Diferidos	(61.899)	(14.267)	-	(76.166)
Resultado Líquido do Trimestre	127.381	21.652	(37.378)	111.655
Resultado do Trimestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	127.381	21.652	(37.378)	111.655
Total do Ativo	38.495.480	520.325	(904.337)	38.111.468
Passivo	36.020.051	202.745	(396.728)	35.826.068

Em 31 de março de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	337.055	8.402	-	345.457
Resultado de Prestação de Serviços (1)	50.063	(7.372)	(2.004)	40.687
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	-	1.054
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	39.960	(25)	39.935
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	-	-	-	-
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(85.544)	6	-	(85.538)
Despesas de Pessoal (1)	(117.440)	(7.580)	-	(125.020)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	132	5.076	-	5.208
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	30.796	-	(30.796)	-
Provisões	(5.369)	(136)	-	(5.505)
Despesas Tributárias	(23.685)	(4.205)	-	(27.890)
Outras Despesas Administrativas (2)	(100.359)	(4.811)	2.225	(102.945)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	9.414	968	(193)	10.189
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	96.117	30.308	(30.793)	95.632
Impostos Correntes e Diferidos	(17.533)	(10.475)	0	(28.008)
Resultado Líquido do Trimestre	78.584	19.833	(30.793)	67.624
Resultado do Trimestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	78.584	19.833	(30.793)	67.624
Total do Ativo	42.850.445	435.888	(679.613)	42.606.720
Passivo	40.548.598	128.823	(244.622)	40.432.799

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	31/03/2025			31/12/2024		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	482.547	482.547	-	398.683	398.683
Cotas de Fundos de Investimento	-	482.547	482.547	-	398.683	398.683
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.335.639	67.345	11.402.984	14.162.962	83.826	14.246.788
Cotas de Fundos de Investimento	-	63.568	63.568	-	59.012	59.012
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	10.439.136	-	10.439.136	13.076.796	-	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	896.503	3.777	900.280	1.086.166	24.814	1.110.980

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/03/2025				31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	3.844.248	3.803.936	2.776.241	1.027.695	3.638.295	3.586.986	2.701.446	885.540
Créditos a Inst. Financeiras	7.828.931	7.828.931	-	7.828.931	4.454.961	4.454.961	-	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis	11.553.308	11.553.308	-	11.553.308	11.285.113	11.285.113	-	11.285.113
Depósitos de Clientes (1)	22.674.586	22.282.278	-	22.282.278	22.841.860	22.464.175	-	22.464.175
Recursos de Inst.Financeiras(2)	10.178.158	10.030.514	-	10.030.514	8.917.652	8.917.652	-	8.917.652
Títulos de Dívida Emitidos	1.305.174	1.300.264	-	1.300.264	1.125.357	1.125.357	-	1.125.357

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades	198.163	169.584
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	7.463.336	4.120.768
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.883.317	1.411.307
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.821.917	576.302
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.758.102	2.133.159
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	27.999	106.000
Aplicações Voluntárias no Banco Central	27.999	106.000
Total	7.689.483	4.396.352

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	112.771	101.973
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	923.261	922.293
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	94.413	88.696
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	27.999	106.000
Total		1.158.444	1.218.962

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

31/03/2025					
Categoria/Papel	sem vencido.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	14.578	300.245	167.724	482.547
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	14.578	300.245	167.724	482.547
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	63.568	76.650	1.386.749	9.870.065	11.397.032
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	638.591	9.800.545	10.439.136
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	76.739	749.325	74.216	900.280
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	63.568	-	-	-	63.568
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(89)	(1.167)	(4.696)	(5.952)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	9.811.511	1.695.305	166.363	11.673.179
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	9.510.375	505.424	48.614	10.064.413
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	224.130	368.582	-	592.712
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	82.955	822.846	117.773	1.023.574
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(5.949)	(1.547)	(24)	(7.520)

31/12/2024					
Categoria/Papel	sem vencido	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	59.012	2.977.294	1.034.402	10.161.789	14.232.497
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.952.530	30.596	10.093.670	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	10.182	10.284	-	20.466
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	59.012	-	-	-	59.012
Debêntures	-	16.095	1.001.008	73.411	1.090.514
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.513)	(7.486)	(5.292)	(14.291)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	6.002.495	1.903.848	186.913	8.093.256
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	5.343.500	931.789	47.177	6.322.466
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	620.961	373.584	-	994.543
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	40.881	599.409	139.824	780.116
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(2.847)	(934)	(88)	(3.869)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2024	Ganho	Perda	Transferido para Resultado por Alienação	PDD	Saldo
		Não Realizado				31/03/2025
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(31.478)	(95.458)	115.645	(9.205)	429	(20.067)

c. Composição do impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(5.918)	(34)	-	(5.952)	(14.291)	-	-	(14.291)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(4.866)	-	-	(4.866)	(6.056)	-	-	(6.056)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(45)	-	-	(45)	(90)	-	-	(90)
Debêntures	(1.007)	(34)	-	(1.041)	(8.135)	-	-	(8.135)
Letras Financeiras	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Total	(5.918)	(34)	-	(5.952)	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(3.898)	-	-	(3.898)	(2.103)	-	-	(2.103)
Aplicações no Mercado Aberto	(3.552)	-	-	(3.552)	(1.937)	-	-	(1.937)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(346)	-	-	(346)	(166)	-	-	(166)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(3.622)	-	-	(3.622)	(1.766)	-	-	(1.766)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(789)	-	-	(789)	(766)	-	-	(766)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(287)	-	-	(287)	(288)	-	-	(288)
Títulos Públicos Federais - CVS	(29)	-	-	(29)	(33)	-	-	(33)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(76)	-	-	(76)	(29)	-	-	(29)
Debêntures	(1.171)	-	-	(1.171)	(338)	-	-	(338)
Letras Financeiras	(836)	-	-	(836)	(295)	-	-	(295)
Nota Comercial	(434)	-	-	(434)	(17)	-	-	(17)
Total	(7.520)	-	-	(7.520)	(3.869)	-	-	(3.869)

d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 31 de março de 2025:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos ativos financeiros originados	(470)	-	-	(470)
Estorno de provisão de operações liquidadas	7.871	-	-	7.871
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	938	-	-	938
Saldos em 31 de março de 2025	(5.952)	-	-	(5.952)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos ativos financeiros originados	(109)	-	-	(109)
Estorno de provisão de operações liquidadas	51	-	-	51
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.694)	-	-	(1.694)
Saldos em 31 de março de 2025	(3.855)	-	-	(3.855)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos ativos financeiros originados	(592)	-	-	(592)
Estorno de provisão de operações liquidadas	78	-	-	78
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.385)	-	-	(1.385)
Saldos em 31 de março de 2025	(3.665)	-	-	(3.665)

Em 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	8.728	-	-	8.728
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.175)	-	-	(11.175)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(891)	-	-	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	10.572	-	-	10.572
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.461)	-	-	(11.461)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	19	-	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Novos ativos financeiros originados	2.975	-	-	2.975
Estorno de provisão de operações liquidadas	(387)	-	-	(387)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.132)	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/03/2025	31/12/2024
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	203.114	123.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	203.114	123.623
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	67.773	121.328
Títulos de Renda Fixa - Públicos	67.773	121.328

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/03/2025			31/12/2024		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	688.565	(35.946)	652.619	688.544	(31.568)	656.976
Crédito comercial	3.344.778	(117.993)	3.226.785	3.268.183	(154.327)	3.113.856
Imobiliário	2.922.102	(39.706)	2.882.396	2.828.256	(43.756)	2.784.500
Industrial	2.598	(139)	2.459	7.345	(147)	7.198
Pessoal	3.925.640	(159.435)	3.766.205	3.776.547	(62.968)	3.713.579
Renegociação	292.385	(183.959)	108.426	326.693	(164.154)	162.539
Rural	939.025	(24.607)	914.418	863.159	(16.694)	846.465
Total	12.115.093	(561.785)	11.553.308	11.758.727	(473.614)	11.285.113

Movimentação do Impairment

Em 31 de março de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(57.927)	25.306	-	(32.621)
Estágio 1 para o Estágio 3	(3.503)	-	33.181	29.678
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(11.562)	45.416	33.854
Estágio 2 para o Estágio 1	2.222	(9.059)	-	(6.837)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	195	(3.830)	(3.639)
Estágio 3 para o Estágio 1	3	-	(86)	(83)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	22.358	490	14.411	37.259
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	57.071	(8.216)	65.440	114.295
Estorno de provisão de contratos liquidados	(21.147)	(3.698)	(58.890)	(83.735)
Total dos movimentos com impactos no resultado	186.690	28.085	347.010	561.785
Perda Esperada em 31 de março de 2025	186.690	28.085	347.010	561.785

Em 31 de dezembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.261)	9.765	-	8.504
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.077)	-	41.150	40.073
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(32.345)	76.330	43.985
Estágio 2 para o Estágio 1	27.863	(129.048)	-	(101.185)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	492	(2.237)	(1.745)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.373	-	(28.612)	(27.239)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	89.134	5.108	79.814	174.056
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	3.733	(3.967)	1.766	1.532
Estorno de provisão de contratos liquidados	(7.708)	(32.158)	(114.037)	(153.903)
Total dos movimentos com impactos no resultado	187.613	34.633	251.368	473.614
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024	187.613	34.633	251.368	473.614

Composição por vencimento

	31/03/2025	31/12/2024
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.115.093	11.758.727
Prestações Vencidas	149.505	85.214
A partir de 15 dias	149.505	85.214
Prestações a Vencer	11.965.588	11.673.513
Até 90 dias	3.513.383	1.167.441
De 91 a 360 dias	4.042.358	2.237.452
Acima de 360 dias	4.409.847	8.268.620

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/03/2025		31/12/2024	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	88.279	88.279	624.952	624.952
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(22.070)	(17.656)	(156.238)	(124.990)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	5.625	4.500	37.925	30.340
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.467	6.214	32.860	24.389
Adições (exclusões) de caráter permanente	(8.516)	(3.346)	(1.838)	9.518
Adições (exclusões) de caráter temporário	(10.160)	(7.847)	(450)	(363)
Total dos Valores Devidos	(26.654)	(18.135)	(87.741)	(61.106)
Realização da Reserva de Reavaliação	3	3	691	553
Incentivos Fiscais	888	-	4.332	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(25.763)	(18.132)	(82.718)	(60.553)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(180)	(174)	(498)	(384)
Ativo Fiscal Diferido	(17.845)	(14.072)	(12.730)	(10.050)
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.788)	(32.378)	(95.946)	(70.987)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 40,55% e 29,29% para o primeiro trimestre de 2025 e 2024, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	201.223	238.200	(273.473)	165.950
Ações Trabalhistas	28.552	1.985	(539)	29.998
Ações Cíveis	27.308	1.965	(1.035)	28.238
Contingências Fiscais	17.691	5.959	(3.773)	19.877
Outras Contingências	14.315	7.697	(3.550)	18.462
Ajustes de IFRS*	(11.556)	177.063	(178.097)	(12.590)
Total de Adições Temporárias	277.533	432.869	(460.467)	249.935
Crédito Tributário Não Corrente	1.528	3.394	(4.922)	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	279.061	436.263	(465.389)	249.935
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	101.824	-	101.824
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	29.457	8.486	(17.150)	20.793
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	29.457	110.310	(17.150)	122.617
Total Geral dos Créditos Tributários	308.518	546.573	(482.539)	372.552
Total dos Créditos Tributários Ativos	308.518	546.573	(482.539)	372.552

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	20.284	608	(254)	20.638
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	39	-	(39)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(6)	(701)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	608	(299)	19.937

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2025	10.688	9.465	-	-	20.153
2026	41.527	33.222	-	-	74.749
2027	37.293	28.860	-	-	66.153
2028	25.829	20.664	-	-	46.493
2029	22.656	18.125	-	-	40.781
2030 a 2034	69.013	55.210	-	-	124.223
Total	207.006	165.546	-	-	372.552
Valor Presente	155.712	124.621	-	-	280.333
Valor Presente em 31/03/2024	160.814	129.034	-	-	289.848

13. OUTROS ATIVOS

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais dados em Garantia	202.130	195.558
Depósitos Trabalhistas	45.982	41.297
Depósitos Cíveis	53.216	52.177
Depósitos Fiscais (Nota 20)	100.486	99.978
Depósitos de Sinistros	2.101	1.710
Outros Depósitos	345	396
Impostos e Contribuições a Compensar	12.530	14.370
Pagamentos a Ressarcir	34.566	30.943
Serviços Prestados a Receber	2.889	3.106
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.971	6.536
Adiantamentos para Pagamentos	21.669	26.303
Arrendamentos Operacionais a Receber	-	14
Despesas Antecipadas	67.564	68.024
Participações Pagas Antecipadamente	93	18.083
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	122.419	112.534
Devedores Diversos - País	106.269	109.008
Outros Ativos	8.289	7.930
Total	583.389	592.409

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	31/03/2025	31/12/2024
Relações Interfinanceiras		122.419	112.534
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	13.766	4.612
Sistema Financeiro da Habitação		100.677	100.459
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.930	3.711
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	108.461	108.462
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.976	7.463
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		122.419	112.534

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/03/2025	31/12/2024
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Trimestre	47.910	65.707
Aquisições	8.318	45.883
Alienações / Baixas	(7.106)	(63.819)
Transferências	-	139
Total	49.122	47.910
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	(1.506)	(1.888)
Desvalorização	(3.596)	(15.372)
Baixas / Alienações	3.448	15.754
Total	(1.654)	(1.506)
Resultado Líquido	47.468	46.404

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2024	4.050	61.259	33.447	120.262	25.177	8.029	80.989	333.213
Aquisições	-	2.026	3.959	30.733	12.722	110	22.213	71.763
Alienações/ Baixas	-	(617)	-	(164)	(12.626)	-	-	(13.407)
Transferências	-	-	(421)	414	7	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2025	4.050	62.668	36.985	151.247	25.280	8.139	103.202	391.569
Depreciação								
Saldo em 31/12/2024	(2.407)	(32.688)	(19.010)	(90.361)	(14.758)	(6.323)	(815)	(166.362)
Depreciação do Trimestre	(17)	(1.289)	(389)	(2.137)	(329)	(103)	(4.451)	(8.715)
Baixas/ Alienações	-	617	-	163	-	-	-	780
Saldo Final em 31/03/2025	(2.424)	(33.360)	(19.399)	(92.335)	(15.087)	(6.426)	(5.266)	(174.297)
Saldo Líquido Final em 31/03/2025	1.626	29.308	17.586	58.910	10.193	1.713	97.936	217.272
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.643	28.571	14.437	29.901	10.419	1.706	80.174	166.851

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2024	214.350	12.127	293.682	85.971	606.130
Aquisições	2.135	-	26.600	8.993	37.728
Transferências	9.739	-	-	(9.756)	(17)
Saldo Final em 31/03/2025	226.224	12.127	320.282	85.208	643.841
Depreciação					
Saldo em 31/12/2024	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Trimestre	(3.922)	(219)	(13.036)	-	(17.177)
Baixas / Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2025	(114.152)	(8.152)	(121.086)	-	(243.390)
Saldo Líquido Final em 31/03/2025	112.072	3.975	199.196	85.208	400.451
Saldo Líquido em 31/12/2024	104.120	4.194	185.632	85.971	379.917

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/03/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
No País:	10.178.158	8.917.652		
Depósitos à Vista	563	911		
Operações Compromissadas	9.834.509	8.691.325	11,32% e 14,15% a.a.	12,02% e 12,15% a.a.
Obrigações por Repasses:	210.542	192.895		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	202.862	185.557		
BNDES	-	-		
Finame	7.680	7.338		
Depósitos Interfinanceiros	132.544	32.521	14,15% e 100%	10,50% e 12,15% a.a.
Total	10.178.158	8.917.652		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	563	911		
Exigível a Prazo	10.177.596	8.916.741		
Até 1 ano	10.152.934	8.892.949		
De 1 a 5 anos	24.662	23.792		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	10.178.159	8.917.652		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/03/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Depósitos à Vista	1.012.495	983.072		
Depósitos a Prazo	17.036.439	17.214.632	2,00% e 100% CDI	2,00% e 100,00% CDI
Depósitos de Poupança	4.625.652	4.644.156	1,14% e 1,34%	0,52% e 0,63% a.m.
Outros	-	-		
Total	22.674.586	22.841.860		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	9.734.832	9.681.063		
Exigível a Prazo	12.939.754	13.160.797		
Até 1 ano	1.699.325	1.642.960		
De 1 a 5 anos	10.689.626	10.930.847		
Acima de 5 anos	550.803	586.990		
Total	22.674.586	22.841.860		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/03/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário	599.430	573.341	80,00% e 97,00%	80,00% e 96,00% CDI
Letras de Agronegócio	705.744	552.016	80,00% e 97,00% CDI	80,00% e 96,00% CDI
Total	1.305.174	1.125.357		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	-	42.824		
De 91 a 360 dias	529.616	514.529		
Acima de 360 dias	775.558	568.004		
Total	1.305.174	1.125.357		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/03/2025					31/12/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.517	60.807	39.890	433	164.647	64.611	66.184	45.070	314	176.179
Constituições/Atualizações	4.417	4.354	5.708	325	14.804	23.464	6.225	2.777	811	33.277
Pagamentos/Reversões	(1.198)	(2.251)	(308)	(552)	(4.309)	(24.558)	(11.602)	(7.957)	(692)	(44.809)
Saldo Atual	66.736	62.910	45.290	206	175.142	63.517	60.807	39.890	433	164.647

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória,

baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de março de 2025, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 66.734 (R\$ 62.500 em 31/03/2024) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 42.623 (R\$ 36.884 em 31/03/2024) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.359 (R\$ 3.840 em 31/03/2024).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	31/03/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	15.397	60.170	10.487	60.336
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	26.467	36.601	26.059	36.037
Honorários - Diversas Ações	3.426	-	3.344	-
Outros	-	3.715	-	3.605
Total	45.290	100.486	39.890	99.978

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 66.735 (R\$ 25.553 em 31/03/2024).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 305.761 (R\$ 340.220 em 31/03/2024) sendo que as mais relevantes representam R\$ 39.556 (R\$ 30.436 em 31/03/2024).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 14.753 (R\$ 21.484 em 31/03/2024) referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2025	31/12/2024
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	96.029	77.650
Impostos a Recolher	45.217	40.897
Obrigações por Aquisição de Bens	58.392	58.427
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	119.411	138.578
Obrigações Sociais e Estatutárias	11.783	91.595
Pagamentos a Efetuar	116.075	125.839
Receita Diferida	-	3.437
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.035	11.999
Relações Interfinanceiras	572.263	586.531
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	37
Credores por Recursos a Liberar	60.955	79.876
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	90.310	27.292
Obrigações por Transações de Pagamentos	33	33
Obrigações por Convênios Oficiais	39.853	35.927
Credores Diversos - País	124.738	142.719
Outros Passivos	51.865	42.499
Total	1.388.959	1.463.336
Total Passivo Circulante	1.277.297	1.368.102
Total Passivo Não Circulante	111.662	95.234

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/03/2025	31/12/2024
até 1 ano	22.404	24.981
de 1 ano a 5 anos	52.666	45.025
acima de 5 anos	20.959	7.644
Total	96.029	77.650

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em março de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	49.886	46.084	95.970
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(20.204)	(8.222)	(28.426)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(94)	-	(94)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	15.125	8.307	23.432
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(33.130)	(46.704)	(79.834)
Saldo Final em 31/03/2025	118.749	(87.241)	31.508

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	180.694	173.843	354.537
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(58.458)	(31.537)	(89.995)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(333)	-	(333)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	47.982	31.575	79.557
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	32.669	(372.966)	(340.297)
Saldo Final em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em março de 2025:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/03/2025	11.515

Em dezembro de 2024:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2024	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em março de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	36.347	23.087	59.434
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.936)	(19.223)	(40.159)
Saldo Final Ajustado	15.411	3.864	19.275

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.718	20.682	54.400
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.304)	(4.659)	(24.963)
Saldo Final Ajustado	13.414	16.023	29.437

23. MARGEM FINANCEIRA

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	182.721	75.349
Créditos a Instituições Financeiras	16.451	24.961
Empréstimos e Recebíveis	460.531	379.757
Títulos de Investimento	531.798	733.478
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	16.954	10.489
Outras Receitas Financeiras	325	1.960
Total	1.208.780	1.225.994
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(308.079)	(413.383)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(554.842)	(466.257)
Depósitos Especiais	(157)	(127)
Outras Despesas Financeiras	(307)	(770)
Total	(863.385)	(880.537)
Margem Financeira	345.395	345.457

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	28.144	28.369
Cartões de Crédito/ Débito	19.593	15.416
Administração de Fundos de Investimentos	6.735	7.580
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	3.472	-
Arrecadações e Convênio	5.521	5.755
Transferência de Fundos e Recursos	-	2.897
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	-	3.823
Cobrança	3.857	3.619
Corretagem de seguros	-	5.022
Serviços de Custódia	206	181
Outras Receitas de Prestação de Serviços	17.474	6.167
Total	85.002	78.829
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(23.400)	(22.019)
Cartões de Crédito	(12.582)	(9.112)
Correspondente Bancário	(3.882)	(4.240)
Informação Cadastral	(938)	(841)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(5.998)	(7.826)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(3.640)	(6.461)
Despesas de Corretagem de Seguros	(6.920)	(4.814)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(889)	(824)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(3.950)	(4.024)
Total	(38.799)	(38.142)
Resultado Líquido	46.203	40.687

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	1.054
Fundos de Investimento	14.425	-
Total	14.425	1.054
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	-
Total	-	-
Resultado Líquido	14.425	1.054

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	40.786	51.944
Pessoas	50.586	46.023
Total	91.372	97.967
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(34.930)	(43.003)
Pessoas	(17.357)	(15.029)
Total	(52.287)	(58.032)
Resultado de Seguros e Previdência	39.085	39.935

27. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	212.616	29.773
Total	212.616	29.773
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(167.338)	(115.692)
Outras Provisões	(1.697)	381
Total	(169.035)	(115.311)
Resultado Líquido	43.581	(85.538)

28. DESPESAS DE PESSOAL

	31/03/2025	31/03/2024
Salários	(94.164)	(70.823)
Encargos Sociais Obrigatórios	(23.990)	(23.074)
Benefícios	(24.407)	(20.495)
Participações Estatutárias no Lucro	(8.169)	(7.787)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(2.396)	(2.017)
Treinamento	(616)	(512)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(78)	(95)
Remuneração do Conselho Fiscal	(218)	(217)
Total	(154.038)	(125.020)

29. PROVISÕES

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	1.683	3.671
Reversão de Provisões Fiscais	225	-
Reversão de Provisões Outras	-	155
Total	1.908	3.826
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(4.417)	(6.792)
Contingências Cíveis	(4.354)	(1.562)
Contingências Fiscais	(5.708)	(891)
Contingências Outras	-	(86)
Total	(14.479)	(9.331)
Resultado das Provisões	(12.571)	(5.505)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/03/2025	31/03/2024
Contribuição ao Cofins	(21.393)	(18.812)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(4.638)	(4.296)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.606)	(3.085)
IPTU	(408)	(455)
Outras	(53)	(1.242)
Total	(30.098)	(27.890)

31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2025	31/03/2024
Depreciações e Amortizações	(25.892)	(25.283)
Serviços Técnicos Especializados	(15.041)	(18.347)
Processamento de Dados	(13.291)	(15.674)
Segurança e Vigilância	(6.119)	(6.130)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.023)	(5.967)
Comunicação	(4.229)	(3.182)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(8.476)	(10.945)
Transporte	(2.701)	(2.931)
Água, Energia e Gás	(1.801)	(1.811)
Serviços de Terceiros	(3.908)	(3.898)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(1.943)	(1.151)
Viagens	(306)	(718)
Materiais	(448)	(799)
Aluguéis(1)	(1.594)	(3.357)
Seguros	(89)	(8)
Contribuições Filantrópicas	(181)	(79)
Outras Despesas Administrativas	(2.348)	(2.665)
Total	(93.390)	(102.945)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	31/03/2025	31/03/2024
Outras Receitas		
Ganho de Capital	-	178
Recuperação de Encargos e Despesas	681	512
Atualizações Monetárias	2.761	3.144
Depósitos Judiciais	2.741	3.135
Outras Atualizações	20	9
Receitas de Aluguéis	281	-
Reversão de Provisões Operacionais	2.984	12.818
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	1.246	-
Variações Cambiais Ativas	176	280
Outras Receitas Operacionais	44	840
Outras Rendas Não Operacionais	850	273
Total	9.023	18.045
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(6.036)	(5.763)
Despesas com Cartões	(1.479)	(1.904)
Perda de Capital	(469)	-
Ressarcimento de Custos	(1.440)	-
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-	(5)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(3.618)	(1.117)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(276)	(270)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(448)	(409)
Despesa com Processos Cíveis	(34)	(4)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(458)	(378)
Despesa com Regulação de Seguros	(188)	(173)
Variações Monetárias Passivas	(12)	(6)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(66)
Despesa Financeira de Arrendamento	(1.944)	-
Outras Despesas Operacionais	(11.136)	2.315
Outras Despesas Não Operacionais	-	(76)
Total	(27.540)	(7.856)
Resultado Líquido	(18.517)	10.189

33. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de março de 2025 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 111.655 (R\$ 67.674 em 2024), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,35 em 31 de março de 2024 e R\$ 0,21 em 31 de março de 2024.

34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Base de Cálculo:		
Lucro do Trimestre BRGAAP	54.542	70.479
Reserva Legal	(2.727)	(3.509)
Base de cálculo	51.815	66.970
Total Dividendos e JSCP do Trimestre	22.500	21.600
Juros sobre o Capital Próprio	22.500	21.600
Dividendos	-	-

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no trimestre findo em 31 de março de 2025 no montante de R\$ 22.500 (R\$ 21.600 em 2024), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 165 (R\$ 157 em 2024), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 22.335 (R\$ 21.443 em 2024), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2025 e 2024:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Trimestre	22.500	(165)	22.335	0,071222172

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Trimestre	21.600	(157)	21.443	0,068373285

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	31/03/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	114.408	136.493
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	169.349	159.790
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.728.670	1.335.200
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	44.753	50.102
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	114.090	131.077
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.571.514	3.294.832
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	442.015	465.154
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	167.510	158.328
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	259.530	1.175.512
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	53.547	57.672
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.495	7.511
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	243.273	235.518
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	348.942	339.546
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	37.386	70.603
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	136.288	147.617
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	8.706	8.317
FUNSES FIC FIM	773.995	735.744
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.315	2.217
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	18.748	18.167
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	16.000	18.361
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.737	12.560
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.289	5.136
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	950.666	-
Total	9.228.226	8.565.457

36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES,

referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No primeiro trimestre de 2025 as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100%

da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 3.747 (R\$ 3.369 em 2024). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (deficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

Os exercícios encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de março de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 22.500 (R\$ 21.600 em 2024).

Transação	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(6.938)	(6.660)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.938)	(6.660)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(47.864)	(11.891)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(47.864)	(11.891)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.426.589)	(5.683.336)	(175.266)	(180.112)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.426.589)	(5.683.336)	(175.266)	(180.112)
Demais Transações (3):	110.505	111.303	3.397	3.403
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(243)	235
Companhia Espíritosantense de Saneamento - CESAN (**)	110.505	111.303	3.640	3.168

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espíritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/03/2025				31/03/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	407	1.989	218	78	254	1.747	217	95
Participação nos resultados	43	150	-	-	31	104	-	-
Benefícios pós-emprego	-	59	-	-	-	106	-	-
Totais:	450	2.198	218	78	285	1.957	217	95

38. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
BRGAAP	2.271.952	2.357.214	54.542	68.287
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	(7.122)	(110.797)	103.675	(13.315)
Contratos de Arrendamento	-	3	-	3.397
Efeito Fiscal	(2.021)	44.907	(46.928)	4.434
Outros	22.591	22.221	366	4.821
IFRS	2.285.400	2.313.548	111.655	67.624
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	13.448	(43.666)	57.113	(663)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

39. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 04 de junho de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 04 de junho de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
 Carla Barreto
 Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
 João Luiz Pereira de Oliveira
 José Amarildo Casagrande
 José Roberto Macedo Fontes
 Marcello Rinaldi
 Marinete Andrião Francischetto
 Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
 Alcio de Araujo
 Carlos Artur Hauschild
 Fernando Valli Cardoso
 Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
 Marcos Vinícius Nunes Montes
 Silvio Henrique Brunoro Grillo
 Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
 Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
 Eliseu José Fidêncio
 Murilo de Campos Cuestas
 Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
 Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
 CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analisamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 31 de março de 2025, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 31 de março de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro Efetivo

Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
Conselheira Suplente

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro Efetivo

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro Efetivo

Tamires Endringer Depes
Conselheira Efetiva

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 31 de março de 2025 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de
Finanças